

OUVIDORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ
DEMANDAS REGISTRADAS COMO ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/2011)
PERÍODO: JANEIRO a DEZEMBRO/2020

DATA REGISTRO	Nº PROTOCOLO	GÊNERO SOLICITANTE	RESUMO DEMANDA	SOLICITAÇÃO ATENDIDA?	JUSTIFICATIVA NÃO ATENDIMENTO.	HOUE RECURSO?
04/01/2020	443/2020	FEMININO	Solicita informações se os funcionários e desembargadores do TJ AP tem acesso a uma creche específica que atenda apenas os funcionários do órgão. Se sim, quantos alunos são atendidos na creche? E qual é o custo mensal? Se não, quanto que os funcionários recebem de auxílio creche? Todos recebem o mesmo valor por mês?	SIM	–	NÃO
07/01/2020	801/2020	FEMININO	Solicita as seguintes informações: 1) O Tribunal de Justiça coleta informações sobre o número de audiências de mediação? Se sim, quantas audiências de mediação foram agendadas e quantas foram efetivamente realizadas do período compreendido entre 2010 até dezembro de 2019? 2) Quantos CEJUSCs existem no Estado? 3) Das audiências de mediação realizadas no período compreendido entre 2010 até dezembro de 2019, quantas tiveram a presença de profissional da Psicologia ou Assistência Social? 4) Quais são as Varas (área criminal e não criminal) que mais realizaram audiências de mediação entre 2010 e dezembro de 2019? 5) Quais são as Varas (área criminal e não criminal) que mais demandaram a presença desses profissionais durante a audiência de mediação entre 2010 e dezembro de 2019? 6) Há a realização de Oficina de Parentalidade? Quais são as comarcas realizam essa abordagem? 7) O Tribunal de Justiça dispõe da técnica de Constelação Familiar? Quais comarcas utilizam essa abordagem? Assim, solicito acesso às referidas informações, tudo com base no direito fundamental de acesso à informação e em	NÃO	Em atenção ao pedido constante neste Procedimento informamos para os devidos fins que a quantidade de dados requeridas é de grande monta e não é possível apresentar ao tempo determinado. Assim, apresentamos os contatos deste Núcleo para seja apresentado à solicitante para que se estabeleça contatos diretos para que a mesma receba as informações solicitadas: nucleopermanente@tjap.jus.br ; tel: (96)3312-3735 ; Secretária: Sâmia Waldeck.	NÃO

			conformidade com os princípios básicos da administração pública tutelados pela Lei nº 12.527/11			
13/01/2020	2801/2020	M	Em 20 de fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal determinou a substituição da prisão preventiva para a domiciliar de presas grávidas ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência. Diante disso, solicita saber as seguintes informações: Quantas presas entraram com pedidos com base nessa decisão desde 20 de fevereiro de 2018? - Quantos destes pedidos foram deferidos e quantos foram indeferidos neste período?	NÃO	SECRETARIA DE GESTAO PROCESSUAL ELETRONICA Informamos que não dispomos de relatório capaz de extrair as informações solicitadas uma vez que no sistema não há registro específico acerca da maternidade da solicitante (estado gravídico ou informações sobre eventuais filhos e respectiva idade) estando essas informações inseridas dentro de peças processuais (peticionamentos e documentos juntados), de modo que seria necessária a análise dos processos caso a caso para o referido levantamento.	NÃO
13/01/2020	2802/2020	F	Solicita os seguintes dados: 1) O número de gestantes, lactantes e mulheres com filhos de até 12 anos presas e que poderiam ser beneficiadas	NÃO	SECRETARIA DE GESTAO	NÃO

			<p>pelo habeas coletivo determinado pelo STF em fevereiro de 2018 (Habeas Corpus Coletivo nº 143.641). A decisão consiste em conceder liberdade provisória ou prisão domiciliar para as grávidas, lactantes e mães, acusadas de crimes não violentos ou praticado mediante grave ameaça. 2) O número de pedidos de liberação das mulheres beneficiadas pelo habeas, recebidos pelo Tribunal de Justiça desde a decisão do STF. 3) Quantos pedidos foram negados? Quais as justificativas? 4) Quantos foram aceitos? 5) Quantas mulheres gestantes deram à luz ainda em situação de encarceramento desde a decisão do STF? 6) Quantas mulheres estão presas com seus filhos recém-nascidos atualmente?</p>		<p>PROCESSUAL ELETRONICA Informamos que não dispomos de relatório capaz de extrair as informações solicitadas uma vez que no sistema não há registro específico a cerca da maternidade da solicitante (estado gravídico ou informações sobre eventuais filhos e respectiva idade) estando essas informações inseridas dentro de peças processuais (peticionamentos e documentos juntados), de modo que seria necessária a análise dos processos caso a caso para o referido levantamento.</p>	
13/01/2020	2803/2020	F	<p>Em fevereiro de 2018, o STF concedeu o Habeas Corpus Coletivo nº 143.641, que determina liberdade provisória ou prisão domiciliar para as grávidas, lactantes e mães de crianças até 12 anos, acusadas de crimes não violentos nem praticados mediante grave ameaça. Solicita, com base na Lei de Acesso à Informação: A íntegra dos processos de mulheres que atendam a esses pré-requisitos e tenham sido presas por crimes</p>	NÃO	<p>SECRETARIA DE GESTAO PROCESSUAL ELETRONICA Informamos que não dispomos de relatório capaz de extrair as</p>	NÃO

			relacionados ao tráfico de drogas. 2. Se não for possível enviar a íntegra, solicita o número dos processos mencionados e uma forma de acesso à documentação digitalizada		informações solicitadas uma vez que no sistema não há registro específico a cerca da maternidade da solicitante (estado gravídico ou informações sobre eventuais filhos e respectiva idade) estando essas informações inseridas dentro de peças processuais (peticionamentos e documentos juntados), de modo que seria necessária a análise dos processos caso a caso para o referido levantamento.	
29012020	8875/2020	M	Solicita informações acerca da aplicação da referida Lei de Alienação Parental encaminhadas às deputadas Gurgel conforme noticiado em www.tjap.jus.br/portal/publicacoes/noticias/10056-deputadas-aline-gurgel-e-telma-gurgel-solicitam-informacoes-sobre-a-aplicabilidade-da-lei-sobre-alienacao-parental-no-amap	SIM	---	NÃO
06/02/2020	11811/2020	M	Solicita alteração da OAB cadastrada para a OAB Principal do Advogado. Não consegui realizar por ligação. Os dados do Advogado para atendimento são: Nome: Rafael Sganzerla Durand CPF: 256.107.188/05 OAB a ser incluída:	SIM	---	NÃO

			OAB/SP nº 211.648 E-mail a ser cadastrado: publicacoesbb.sp@nwadv.com.br			
28/02/2020	20857/2020	MASCULINO	Servidor que trabalhou no Tribunal solicita cédula C para declarar imposto de renda.	SIM	---	NÃO
04/03/2020	22081/2020	MASCULINO	Solicita as seguintes informações e documentos: lista dos membros desse órgão/poder, em atividade ou não, bem assim pensionistas que recebem ou receberam, nos anos de 2019 e 2020, vantagens pessoais, vantagens eventuais e indenizações decorrentes de decisões administrativas genéricas para esse referido conjunto de beneficiários ou de normativas legais estaduais nos últimos 10 (dez) anos, com os respectivos valores mensais devidamente discriminados; Cópia eletrônica (digitalizada) das decisões e respectivos fundamentos que embasaram o pagamento dessas vantagens e indenizações aos mencionados no item a, bem como cópia das publicações dessas decisões/resoluções/portarias no diário oficial.			
04/03/2020	22083/2020	FEMININO	Solicita, com fulcro na Lei de Acesso à Informação: 1. Você atua geograficamente dentro de qual Estado da Federação? 2) Quantas e quais Comarcas do seu Estado possuem competência para tratar do tema de Infância e Juventude? Destas, quantas e quais são Varas exclusivas de Infância e Juventude? 3) Quantas e quais Comarcas do seu Estado possuem competência para tratar do tema de Família? Destas, quantas e quais são Varas exclusivas de Família? 4) Quantas e quais Comarcas do seu Estado possuem competência para tratar, cumulativamente, do tema de Infância e Juventude com o tema de Família? 5) Existe atualmente projeto de Lei deste Tribunal para criação de novas Varas exclusivas de Infância e Juventude? Em quais Comarcas? Quais as justificativas desses projetos para tal criação? 6) Quais foram as justificativas apresentadas nos Projetos de Leis que já criaram as Varas Exclusivas de Infância e Juventude que existem atualmente no seu Estado?	SIM	---	NÃO
15/03/2020	26378/2020	M	Solicita alguns dados relevantes para trabalho científico. ASSUNTO: REVISÃO CRIMINAL EM	SIM	---	NÃO

			<p>CASOS DO TRIBUNAL DO JÚRI 1) quantos júris foram feitos no Amapá, nos últimos 5 anos? (2014-2019) 2) Quantas revisões criminais foram distribuídas no TJ do Amapá nos últimos 5 anos? (2014-2019) 3) Dessas revisões, quantas foram julgadas pelo tribunal? 4) Quanto tempo, em média (por ano), leva o julgamento de uma revisão criminal? 5) O colegiado está reformando a decisão do júri popular? Se sim, em quais casos? Se não, por qual razão?</p>			
27/03/2020	29096/2020	M	<p>solicita-se, respeitosamente a Vossa Senhoria, com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – a Lei Geral de Acesso a Informações Públicas – as seguintes informações: Dados sobre o controle de sobrestamento no âmbito desse tribunal de justiça referente ao tema de Repercussão Geral 865 do STF; Se não fizer parte dos dados do item 1, o detalhamento dos números de processos sobrestados por grau de jurisdição.</p>	SIM	---	NÃO
23/04/2020	33216/2020	M	<p>Solicita dados aos tribunais e juízes. 1. Composição do tribunal entre 01/2011 e 04/2020. Especificamente: 1.1. Desembargadores. 1.2. Juízes de direito e Juízes substitutos. Para cada indivíduo citado sob 1, as seguintes informações: 2.1. Data de início do mandato (Dia, mês e ano, se possível). 2.2. Data do fim do mandato (Dia, mês e ano, se possível). 2.3. Cargo no tribunal (E.g. Presidente, vice-presidente, etc.). 2.4. Data de nascimento. 2.5. Local de nascimento (Município e Unidade Federativa). 2.6. CPF. 2.7. Educação (Universidade cursada e ano da turma). 2.8. Nome de familiares (Esposa/Marido e filhos, se possível). 2.9.1. Para cada membro do tribunal todas movimentações de promoção e remoção. 2.9.2. Para cada membro do tribunal todas movimentações enquanto Juiz auxiliar ou substituto (incluindo para instâncias superiores). Para Desembargadores, como eles foram nomeados para a posição: 3.1. Por mérito ou por</p>	SIM, PARCIAL	---	NÃO

			antiguidade. 3.2.1 Pelo quinto constitucional da classe dos advogados, 3.2.2 Para cada vaga os nomes dos seis advogados preparados pelo Tribunal de Justiça para consideração e a lista tríplice final. 3.3.1 Pelo quinto constitucional do Ministério Público, 3.3.2. Para cada vaga os nomes dos seis membros do Ministério Público preparados pelo Tribunal de Justiça para consideração e a lista tríplice final.			
27/04/2020	---	M	Solicita e-mail do(a) chefe do setor de capacitação do Tribunal.	SIM	---	NÃO
28/04/2020	33886/2020	M	Questiona se a certidão "CÍVEL E CRIMINAL" emitida no link http://tucujuris.tjap.jus.br/tucujuris/pages/certidao-publica/certidao-publica.html para pessoa jurídica engloba "FALÊNCIA/RECUPERAÇÃO JUDICIAL". Ou é necessário solicitar certidão específica para tal competência?	SIM	---	NÃO
07/05/2020	35505/2020	F	Solicita as seguintes informações: Há Justiça Itinerante em seu Estado? Em que ano foi instituída a Justiça Itinerante em seu Estado? Qual a periodicidade da Justiça Itinerante em seu Estado? Quais os profissionais envolvidos na Justiça Itinerante? Quais são suas funções? Como é a estrutura da Justiça Itinerante em seu Estado? Qual a forma de divulgação da Justiça Itinerante em seu Estado? Qual a quantidade de pessoas e comarcas/municípios atendidos anualmente pela Justiça Itinerante em seu Estado? Seria possível disponibilizar outros dados sobre o projeto Justiça Itinerante em seu Estado?	SIM	---	NÃO
14/05/2020	37165/2020	F	Há procedimento preparatório ou estudos de viabilidade para realização de concurso público, seja para servidores ou membros, atualmente em andamento no órgão? Há previsão de provimento de cargos para este ano de 2020 e/ou para 2021? De quais cargos? O órgão solicitou ou planeja solicitar o aproveitamento de aprovados em	SIM	---	NÃO

			concursos? De quais órgãos? Qual é o saldo atual de candidatos aproveitados, em caso positivo?			
14/05/2020	37166/2020	F	Solicita lista dos leiloeiros homologados pelo TJ para realizar leilão judicial.	SIM	---	NÃO
18/05/2020	37719/2020	M	Gostaria de obter desse Tribunal de Justiça, com base na Lei de Acesso à informação, se, em algum momento, WILSON ISSAO KORESSAWA, portador do RG número 490.801/SSP-AP, CPF 366.704.991-91, foi juiz desta Corte. Se a resposta for afirmativa, em qual período exerceu cargo, onde. Também, se possível cópia do decreto de posse e exoneração/demissão.	SIM	---	NÃO
20/05/2020	38062/2020	M	Solicita lista tão somente com o número dos processos criminais (ações penais) públicos sentenciados no ano de 2016 (período correspondente a 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016) nas Varas Criminais da comarca da capital. Para facilitação do trabalho informamos a seguir a classe processual pleiteada: PROCESSO CRIMINAL (268), PROCEDIMENTO COMUM (281), AÇÃO PENAL – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283). Caso seja possível, também nos interessariam o número dos processos sentenciados em 2016 da seguinte classe: PROCESSO CRIMINAL (268), PROCESSO ESPECIAL (284) [com todas as suas subclasses].	SIM	---	NÃO
25/05/2020	39191/2020	M	Solicita AS QUANTIDADES DE PROCESSOS DE ACORDO DOS ANOS DE 2000 ATÉ 2019 COM ITENS ABAIXO: 1) que perdeu objeto 2)Em que prescreveu 3)E está em tramitação 4) A quantidade de processos por ano. 5)Feitos Distribuídos 6)Sentenças 7)Decisões 8)Audiências Realizadas 9)Baixas 10)Acervo Total de Feitos Ativos	NÃO	Trata-se de pedido de informação, formulado pelo Cidadão Srº. Paulo Marques Gomes Oliveira, CPF: 49736739864, e-mail: paulo.oliveira@gestaopublica.etc.br por meio do canal da Ouvidoria Interna e Externa. Em resposta a manifestação do	NÃO

					<p>interessado, segue considerações:</p> <p>Prezada Cidadão, seu pedido não poderá ser atendido, pois foi considerado desproporcional. A desproporcionalidade é avaliada em termos do possível ônus excessivo que o atendimento do pedido poderá gerar nas funções rotineiras do órgão, uma vez que, o pedido de informações demanda manuseio de grande volume de dados, e transformá-lo em dados estatísticos estruturado não se torna viável.</p> <p>Nessa hipótese, é razoável que se análise não somente o volume de informações solicitadas, como também a quantidade estimada de horas de trabalho e de servidores que seriam destacados para concretizar o atendimento do pedido, como a localização, triagem e estruturação de dados.</p> <p>Outrossim, a Administração busca evitar que a resposta de uma solicitação prejudique as atribuições da instituição, podendo causar atrasos no cumprimento de outras atividades essenciais,</p>	
--	--	--	--	--	---	--

					<p>cercear direitos fundamentais de outros cidadãos ou até inviabilizar outros pedidos de acesso à informação.</p> <p>Em relação ao não atendimento do pedido, diante da necessidade de trabalhos adicionais, cuja hipótese é prevista no art. 13, III, do Decreto nº 7.724/2012.</p> <p>Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:</p> <p>III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.</p> <p>Em caso de não concordância, o cidadão poderá apresentar recurso contra a decisão.</p> <p>Respeitosamente,</p> <p>Secretaria de Gestão Processual Eletrônica - SGPE</p>	
26/05/2020	39345/2020	F	Sou parte do processo (vítima) em questão e gostaria de alguma informação acerca do mesmo. Tendo em vista o momento que estamos enfrentando de pandemia, gostaria de obter essa informação se ele parou ou está transitando	SIM	---	NÃO

			normalmente.			
28/05/2020	39591/2020	M	Solicita AS QUANTIDADES DE PROCESSOS DE ACORDO DOS ANOS DE 2016,2017,2018 e 2019 1) que perdeu objeto 2)Em que prescreveu 3)E está em tramitação 4) A quantidade de processos por ano. 5)Feitos Distribuídos 6)Sentenças 7)Decisões 8)Audiências Realizadas 9)Baixas 10)Acervo Total de Feitos Ativos	NÃO	<p>Trata-se de pedido de informação, formulado pelo Cidadão Srº. Paulo Marques Gomes Oliveira, CPF: 49736739864, e-mail: paulo.oliveira@gestaopublica.etc.br por meio do canal da Ouvidoria Interna e Externa.</p> <p>Em resposta à demanda do interessado, segue considerações:</p> <p>Prezado Cidadão, seu pedido não poderá ser atendido, pelas razões que sucedem: o Sistema de Gestão Processual Eletrônico – Tucujuris, desenvolvido internamente, não dispõe de relatórios com informações pormenorizadas e bastante específicas, não somente, mas também, o Tribunal de Justiça do Amapá está em fase de planejamento e implementação de projeto piloto para a substituição do Sistema Tucujuris pelo Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), Resoluções 185/2013 e 281/2019 ambos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com efeito, a força de trabalho das áreas afetas a TIC do Tribunal está canalizada para o atendimento desse, que é</p>	NÃO

					<p>um objetivo estratégico institucional do Judiciário Nacional.</p> <p>Ainda sim, mesmo reduzindo o período para quatro anos, compreenderá processos 100% físicos e outros híbridos, cuja localização encontram-se armazenados em depósitos distribuídos em todas as comarcas do Estado do Amapá. Acrescentando-se ainda que, reduzindo mais ainda o período, contemplando processos 100% virtuais, o pedido continua sendo desproporcional, uma vez que, o tipo de classificação das informações pretendidas não é contemplada no Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas (TUP), Resolução nº 46/2007-CNJ, dificultando mais ainda a busca, visto que, muitas das informações solicitadas constam somente no corpo dos despachos e decisões proferidas, mas não em formato de tabela ou campos que possibilite a consulta por meio de índices ou chave-primária..</p> <p>Por todo exposto, fica mantida para ambos os Protocolos do Tucujuris ADM nº 039191/2020 e nº</p>	
--	--	--	--	--	---	--

					<p>039591/2020, a decisão proferida no primeiro, com fundamento no art. 13, III, do Decreto nº 7.724/2012.</p> <p>Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:</p> <p>III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.</p> <p>Em caso de não concordância, o cidadão poderá apresentar recurso contra a decisão.</p> <p>Respeitosamente,</p> <p>Secretaria de Gestão Processual Eletrônica - SGPE</p>	
29/05/2020	40017/2020	M	Solicita informações abaixo para fins de pesquisa: Quantas ações tramitaram na primeira e segunda instância do TJAP tendo o Estado do Amapá como arte nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019? Quantos acordos foram homologados nas primeira e segunda instância do TJAP em ações tendo como parte o Estado do Amapá nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019?	SIM	---	NÃO
02/06/2020	40960/2020	M	Solicita as seguintes informações desse Egrégio TJAP: 1) Atualmente existem quantos cargos vagos de Juiz de Direito Substituto? 2) Dos cargos	SIM	---	NÃO

			vagos acima, quantos são decorrentes de vacância? 3) Atualmente existem quantos cargos vagos de Analista Judiciário - Área Judiciária? 4) Dos cargos vagos acima, quantos são decorrentes de vacância? 5) Atualmente existem quantos cargos vagos de Técnico Judiciário - Área Administrativa? 6) Dos cargos vagos acima, quantos são decorrentes de vacância? Considerando a aprovação e publicação da LC 173/2020 (socorro aos Estados e Municípios em virtude da pandemia do COVID-19), de que forma a referida lei impactará na realização de concursos públicos para provimento de cargos públicos desse Tribunal?			
14/06/2020	44232/2020	F	Solicita as seguintes informações: o tribunal utiliza alguma Inteligência artificial para gestão dos processos ou assuntos administrativos? Existe algum projeto em desenvolvimento? Saliento que o trabalho é realizado em cooperação com o Prof. Dr. Jean Paul Barddal (doutor em Informática), titulado pela PUC/PR, e Guilherme Martelli Moreira, mestrando na PUC/PR. Com fulcro na Lei nº 12.527/11, que regulamenta o acesso a informações previsto no inciso XXXIII, do art. 5º e do art. 37, ambos da CF/88,	SIM	---	NÃO
23/06/2020	47531/2020	M	Solicita o acesso a documentos relacionados a [execução de assistência jurídica, educacional e social pela Vara de Execuções Penais da Comarca de Macapá do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá], incluindo — mas não se limitando a — as seguintes informações: Informações referente a existência de projetos encerrados e ativos pela VEP na Comarca de Macapá referente a janeiro de 2019 a maio de 2020, no que tange a ressocialização e garantia de direitos sociais. Relatório de demandas referente a cadastros de reeducandos com vínculos encerrados e ativos no Projeto Liberdade e Cidadania, também referente ao período de janeiro de 2019 a maio de 2020, assim como a	SIM	---	NÃO

			demanda de reeducandos em lista de espera e relatórios de demandas por produção de políticas públicas de ressocialização levantadas pelo conselho comunidade no ano de 2019-2020.			
24/06/2020	48207/2020	F	Há criação recente de cargos de Juiz de Direito Substituto a serem providos em concursos futuros? Com as mudanças trazidas pela LC 173/2020 quanto ao congelamento de cargos, qual a quantidade e natureza de cargos que certamente ainda serão providos? Como e quando se dará esse provimento? Quantos servidores por cargo estão em condições de se aposentar no órgão?	SIM	---	NÃO
04/07/2020	51557/2020	M	Solicita as seguintes informações: Como este Tribunal classifica os pedidos de suspensão de segurança que são apreciados pela Presidência deste Tribunal? É seguida a recomendação do CNJ em classificá-los nas classes: "suspensão de liminar ou antecipação de tutela" e "suspensão de execução de sentença" (códigos do CNJ 144 e 145)? Gostaria de saber quantos foram os pedidos protocolados e apreciados pela Presidência deste Tribunal, no período de 01/01/2013 a 30/06/2020 que correspondam aos parâmetros: pedidos de "suspensão de liminar ou antecipação de tutela" e pedidos de "suspensão de execução de sentença" (relatório estatístico por ano)? Gostaria que este tribunal me fornecesse uma planilha contendo a listagem de todos os processos (identificados pelos seus respectivos números) apreciados pela Presidência deste Tribunal, no período de 01/01/2013 a 30/06/2020	SIM	---	NÃO
04/07/2020	51558/2020	M	Solicita seguintes informações: Planilha contendo todos os nomes de pessoas (integrantes e não integrantes dos quadros deste Tribunal de Justiça), organizações e instituições (públicas e privadas) que foram homenageadas por esta instituição, desde que foi instituída a Lei Complementar n. 35 (Lei Orgânica da Magistratura	SIM	---	NÃO

			Nacional), em março de 1979. Neste sentido, solicitam-se os nomes (pessoas, organizações e instituições) homenageados e as respectivas datas das homenagens.			
04/07/2020	51559/2020	M	Solicita seguintes informações: Planilha contendo os nomes de todos os integrantes e das chefias dos órgãos hierarquicamente superiores na estrutura administrativa deste Tribunal, no período correspondente a 14/03/1979 a 30/06/2020, especialmente: Presidência Vice-presidências Corregedorias da Justiça Conselho da Magistratura Tribunal Pleno ou o Órgão especial, conforme dispõe o regimento interno deste Tribunal de Justiça; Há ouvidorias nesta instituição? Se sim, solicitam-se os nomes das pessoas que ocuparam as ouvidorias deste Tribunal de Justiça desde que o referido cargo foi criado.	SIM	---	NÃO
04/07/2020	51560/2020	M	Solicita seguintes informações:1. Planilha contendo os nomes dos diretores e das diretoras que dirigiram a Escola Superior da Magistratura do Estado do Amapá, desde a sua criação até o dia 30/06/2020. 2. Solicita-se que referida planilha apresente os nomes acompanhados da informação de quais os períodos das respectivas gestões.	SIM	---	NÃO
07/07/2020	52210/2020	F	Estou precisando gerar a certidão negativa civil e criminal (para fins de nomeação e posse em concurso público) através do site do TJAP, mas a mesma não está sendo emitida de forma automática. A solicitação/requisição gerou os seguintes números: 665196 e 667653. Gostaria de solicitar a emissão da mesma	SIM	---	NÃO
16/07/2020	55544/2020	M	Solicito a este Tribunal de Justiça, base de dados contendo a relação dos gestores públicos condenados pelos crimes de corrupção ativa, passiva e improbidade administrativa no período de 2010 à 2018, no âmbito desta unidade federativa. Em oportuno, solicito que os dados em	SIM	---	NÃO

			questão seja enviados em formato editável, bem como, que restrinjam-se aos casos que não estejam sob sigilo de justiça.			
23/07/2020	57581/2020	M	Solicita a expedição de certidão de tempo de contribuição na justiça estadual, tendo em vista que sou ex servidor do quadro do TJAP. A presente solicitação é destinada para fins de averbação junto à Justiça Federal do Amapá, local onde exerço minhas atribuições funcionais atualmente. Solicito ainda, que a referida certidão seja expedida detalhadamente, contendo inclusive os salários e contribuições mensais pormenorizadas. Solicito por fim, que a resposta ao referido requerimento seja fornecida no prazo legal	SIM	---	NÃO
25/07/2020	58282/2020	F	Solicito em formato .xls ou .csv uma tabela com as seguintes colunas: i) número do processo; ii) data da denúncia; e iii) data do fato, em relação às denúncias criminais oferecidas entre 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 no estado do Amapá referentes a homicídios dolosos consumados.	SIM	---	NÃO
01/08/2020	60819/2020	M	solicito que me sejam informados os nomes de quem são os detentos ou presos sob responsabilidade deste tribunal, que sejam investigados/suspeitos/acusados/presos pelos crimes de Genocídio (Lei 2.889, de 01/10/1956) e pelos crimes de Corrupção ativa (Art. 333) e Corrupção passiva (Art. 317). Ao me responder, solicito que o órgão organize a resposta de modo que eu saiba qual o número do processo/procedimento vinculado a ordem de prisão ou execução da pena de cada preso/detento, e que eu saiba que pelos crimes de GENOCÍDIO são tais e tais presos, pelo crime de CORRUPÇÃO PASSIVA são tais e tais presos, e ao fim pelos crimes de CORRUPÇÃO ATIVA são tais e tais presos.	SIM	---	NÃO
03/08/2020	---	M	Solicito informações sobre se há pendência	SIM	---	NÃO

			do meu nome na Justiça do Amapá.			
12/08/2020	64788/2020	F	Solicita acesso a todos os pedidos de acesso à informação feitos ao TJ-AP de 2018 a 2020, bem como às respectivas respostas aos pedidos, aos recursos, às respostas aos recursos e a todos os arquivos anexos eventualmente relacionados a cada uma dessas etapas.	SIM	---	NÃO
03/09/2020	74074/2020	M	Solicita: Qual a quantidade de engenheiros, arquitetos e projetistas que são funcionários ou prestadores de serviços da r. Instituição? Qual a quantidade de computadores no parque tecnológico da r. Instituição? Quais os softwares de linguagem CAD e BIM utilizados pela r. Instituição? Qual a quantidade de licenças de softwares de linguagem CAD e BIM que a r. Instituição possui? Qual software é utilizado para visualização de projetos em linguagem CAD e BIM na a r. Instituição? Quais e quantas licenças de software do fabricante Autodesk a r. Instituição possui? Quais foram as alterações ocorridas no parque tecnológico dessa Instituição/autarquia, relacionadas direta ou indiretamente a software Autodesk, desde 01/05/2020 como, por exemplo, mas não se limitando a, atualizações, desinstalações, aquisições etc.? Como a Instituição posiciona-se em relação à observância do artigo 37 da Constituição Federal e demais diplomas legais em vigor, principalmente em assuntos relacionados à regularidade de software em cumprimento à legislação vigente, incluindo, mas não se limitando à Lei 9609/1998?	SIM	---	NÃO
10/09/2020	76472/2020	F	Solicita, em formato excel, a quantidade mês a mês de: Medidas protetivas de urgência distribuídas Medidas protetivas de urgência concedidas Número de prisão em flagrante por descumprimento de medida protetiva Para o período de: De Janeiro a Dezembro de 2019 De Janeiro a Julho de 2020 É de interesse que as ocorrências citadas sejam acompanhadas com data do fato (dia, mês, ano e hora), município em	NÃO	Senhor (a) Ouvidor (a), Trata-se de pedido de informação, formulado pelo Cidadão St ^a . Isis da Cruz Beserra de Araujo, CPF: 14533617743 e-mail: isis@igarape.org.br por meio do canal da Ouvidoria	NÃO

			<p>que ocorreu, perfil da vítima (sexo, idade, raça, estado civil, naturalidade, escolaridade e profissão) e o perfil do agressor (idade, sexo, estado civil e relação com a vítima). Além disso, se possível agradecemos de nos fornecer um relatório resumido das tabelas principais para podermos verificar o processamento das bases de dados. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PEDIDO O Instituto Igarapé está acompanhando os efeitos da pandemia no Brasil para além de questões de saúde. Dessa forma, estamos levantando dados sobre os índices de violência contra mulheres durante o isolamento social ocasionado pela COVID-19. Em parceria com a empresa UBER, desenvolvemos a Plataforma EVA - Evidências sobre Violências e Alternativas para mulheres e meninas, a qual pode ser consultado no site https://eva.igarape.org.br/. A plataforma tem informações sobre violência contra mulher de três países diferentes: Brasil, Colômbia e México. O objetivo é dar visibilidade a este tipo de violência, contribuir para estudos referente ao tema, bem como auxiliar a mapear iniciativas que ajudem a prevenir e aperfeiçoar políticas públicas voltadas para o enfrentamento deste tipo de violência. Neste sentido, com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – a Lei Geral de Acesso a Informações Públicas –, dirigem-se respeitosamente a Vossa Senhoria, com o objetivo de apresentar REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES mencionado anteriormente</p>		<p>Interna e Externa.</p> <p>Em resposta a manifestação do interessado, segue considerações:</p> <p>Prezada Cidadã, em relação a vossa solicitação, e, conforme previsto no art. 13, III, do Decreto nº 7.724/2012, in verbis:</p> <p><u>Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:</u></p> <p><u>III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.</u></p> <p>Pelo exposto, seu pedido não poderá ser atendido em razão da desproporcionalidade da solicitação.</p> <p>A desproporcionalidade é avaliada em termos do possível ônus excessivo que o atendimento do pedido poderá gerar nas funções rotineiras do órgão, uma vez que, o pedido de informações demanda manuseio de grande volume de dados, e transformá-lo em dados estatísticos estruturado não</p>	
--	--	--	---	--	---	--

					<p>se torna viável.</p> <p>Nessa hipótese, é razoável que se análise não somente o volume de informações solicitadas, como também a quantidade estimada de horas de trabalho e de servidores que seriam destacados para concretizar o atendimento do pedido, como a localização, triagem, estruturação de dados, e apresentação no formato exigido (excel), uma vez que pelo atual Sistema Judicial não se torna viável a extração de dados que não seguem o padrão estabelecido pelo Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas – TUP, disponível em: https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_cl asses.php</p> <p>Informações como as pretendidas na inicial, constam no corpo das decisões, e não em formato computacional de tabelas ou campos que possibilite a consulta por meio de índice, conforme a seguir: “...<u>(dia, mês, ano e hora), município em que ocorreu, perfil da vítima (sexo, idade, raça, estado civil, naturalidade, escolaridade e profissão) e</u></p>	
--	--	--	--	--	---	--

					<p><u>o perfil do agressor (idade, sexo, estado civil e relação com a vítima)...”</u></p> <p>Outrossim, a Administração busca evitar que a resposta de uma solicitação prejudique as atribuições da instituição, podendo causar atrasos no cumprimento de outras atividades essenciais, cercear direitos fundamentais de outros cidadãos ou até inviabilizar outros pedidos de acesso à informação.</p> <p>Em caso de não concordância, a cidadã poderá apresentar recurso contra a decisão.</p> <p>Respeitosamente,</p> <p>Secretaria de Gestão Processual Eletrônica – SGPE</p>	
14/09/2020	---	M	Solicita a inclusão de suas novas cadeias de certificado Cadeia-v5 e complementarmente, a inclusão das cadeias das demais ACs vinculadas à mesma hierarquia de 1º nível.A inclusão tem por objetivo, possibilitar que os titulares de Certificados Digitais utilizem os serviços web disponibilizados no site deste órgão	SIM	---	NÃO
15/09/2020	78121/2020	F	Solicita informações de licitações/contratos vigentes de Folha de Pagamento e de crédito Consignado.Poderiam, por gentileza, nos informar por qual caminho é possível adentrar esses dados?	SIM	---	NÃO

09/10/2020	88664/2020	M	Solicita restituição de valor de custas.	SIM	---	NÃO
15/10/2020	90959/2020	F	Solicita levantamento dos Provimentos e Acordos de Cooperação Técnica (ACT) sobre Regularização Fundiária Urbana posteriores a Lei nº 13.465 de 2017. Infelizmente, durante nossas pesquisas não identifiquei Provimentos ou ACTs que tratassem sobre Regularização Fundiária Urbana no estado do Amapá. Assim, gostaria de saber se, de fato, não existe um acordo que aborde o assunto em questão, contando do ano de 2017 em diante	SIM	---	NÃO
20/10/2020	92652/2020	F	Solicita as seguintes informações: 1) A quantidade de nomeados do último certame do órgão, realizado em 2014, que ofertou 100 vagas para Analista e Técnico Judiciário. 2) A última colocação nomeada de cada uma das listas do concurso (Ampla concorrência, PcD, etc.).	SIM	---	NÃO
21/10/2020	93112/2020	F	Solicita, com base na Lei de Acesso à Informação: 1) Quantos processos tramitam atualmente no Tribunal de Justiça do Amapá, em todo o estado, referente a adoção com pedido de destituição do poder familiar? 2) Quantos processos que tramitam atualmente no judiciário estadual do Amapá, com pedido de guarda ou de adoção com pedido de destituição poder familiar, envolvem disputa entre a família natural e a família substituta do adotante? 3) Desde 2010, quantos processos de adoção que envolvem disputa entre a família natural e a família substituta foram tramitaram ou ainda tramitam no judiciário estadual do Amapá? Solicito que os números sejam informados separados por ano em que foi dada entrada no processo (ex: 2010: x processos / 2011: x processos... 2020: x processos).	SIM	---	NÃO
27/10/2020	95193/2020	F	Solicita, com fundamento na Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações Públicas) vem requerer o acesso (e eventualmente cópia), em até 20 dias corridos (artigo 11, parágrafo 1º da Lei 12.527/11),	SIM	---	NÃO

			<p>aos seguintes dados: 1) NÚMERO TOTAL DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (MPUs) DEFERIDAS, TOTAL GERAL E POR UF (2017, 2018, 2019 E 2020 – até o momento); 1.a) DESSE TOTAL ACIMA, QUAL É O PERFIL DOS AGRESSORES E SEUS VÍNCULOS COM AS VÍTIMAS? (gênero, idade, cor, se possui antecedentes criminais e grau de parentesco/vínculo com a vítima). 1.b) DESSE TOTAL DE AGRESSORES, QUANTOS JÁ POSSUÍAM ANTECEDENTES CRIMINAIS? 2) LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O TOTAL DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DEFERIDAS, ANUALMENTE: - QUANTAS MPUs FORAM CONCEDIDAS POR JUÍZES (HOMENS) - 2017, 2018, 2019 E 2020 – até o momento? - QUANTAS MPUs FORAM CONCEDIDAS POR JUÍZAS (MULHERES) - 2017, 2018, 2019 E 2020 – até o momento? 3) NÚMERO TOTAL, OU MÉDIA, DE REINCIDÊNCIA e/ou DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (MPUs) NO ESTADO - 2017, 2018, 2019 E 2020 – até o momento?</p>			
04/11/2020	97811/2020	F	<p>Solicita, com base na Lei de Acesso à Informação e ciente dos prazos legais que ela determina: 1) Quantas crianças e adolescentes foram adotadas desde 2010 no estado do Amapá? 2) Entre as crianças adotadas desde 2010, quantas estavam inseridas no Cadastro Nacional de Adoção? 3) Entre as pessoas que adotaram, quantas estavam habilitadas antes de ser iniciado o processo de destituição do poder familiar? 4) Quantos processos de adoção com pedido de destituição do poder familiar tramitam atualmente no Tribunal de Justiça do Amapá, em todo o estado? 5) Quantos processos que tramitam atualmente no judiciário estadual do Amapá, com pedido de guarda ou de adoção com pedido de destituição poder familiar, envolvem disputa entre a família natural e a família substituta da criança ou</p>	SIM	---	NÃO

			adolescente? 6) Desde 2010, quantos processos de adoção que envolvem disputa entre a família natural e a família substituta tramitaram ou ainda tramitam no judiciário estadual do Amapá? Solicito que os números sejam informados separados por ano em que foi dada entrada no processo (ex: 2010: x processos / 2011: x processos... 2020: x processos).			
13/11/2020	99522/2020	F	Solicita as seguintes informações, com base na Lei 12527/2011: 1) Quantas crianças e adolescentes foram adotadas desde 2010 no estado do Amapá? 2) Entre as crianças adotadas desde 2010, quantas estavam inseridas no Cadastro Nacional de Adoção? 3) Entre as pessoas que adotaram crianças desde 2010, quantas estavam habilitadas, ou seja, já estavam na fila para adotar, antes de ser iniciado o processo de destituição do poder familiar da criança?	NÃO	<p>Senhor (a) Ouvidor (a),</p> <p>Trata-se de pedido de informação, formulado pela Cidadã Nayara Felizardo de Oliveira, CPF: 02284619363 e-mail: nayara.felizardo@theinterecept.com por meio do canal da Ouvidoria Interna e Externa.</p> <p>Em resposta a manifestação do interessado, segue considerações:</p> <p>Prezada Cidadã,</p> <p>sobre o seu pedido constante da inicial, informamos que muitas informações pretendidas constam no corpo das decisões, e não em formato computacional de tabelas ou campos</p>	NÃO

					<p>que possibilite a consulta por meio de índice.</p> <p>Outrossim, como se pode constatar nos autos Protocolo Administrativo nº 093112/2020, que as respostas encaminhadas foram amparadas por Classe Processual.</p> <p>Pelo exposto, informamos que não será possível atender o referido pedido, com fundamento no art. 13, III, do Decreto nº 7.724/2012.</p> <p>Em caso de não concordância, a cidadã poderá apresentar recurso contra a decisão.</p> <p>Respeitosamente,</p> <p>Secretaria de Gestão Processual Eletrônica – SGPE</p>	
02/12/2020	104331/2020	M	Solicita as seguintes informações: Qual o valor arrecadado em 2019 por esse Tribunal de Justiça relacionado a atos notariais e registrais (incluindo emolumentos e quaisquer outras taxas que o usuário tem de recolher para realizar os atos que não sejam tributos estaduais ou municipais)? Quais os valores arrecadados por esse Tribunal	SIM	---	NÃO

		<p>de Justiça oriundos de atos extrajudiciárias (taxas Judiciárias, fundos etc. destinados ao Poder Judiciário)? Existem dados dos últimos 5 anos? Se sim, favor fornecê-los. Qual a destinação de tais recursos? Existe relação/exemplos de obras realizadas nos últimos 5 anos e sua importância para a população? Quantos divórcios e inventários foram realizados em 2019 por meio de processo judicial (contados como processos iniciados em 2019)? Existem dados dos últimos 5 anos? Se sim, favor fornecê-los. Qual o número total e prazo médio de duração dos processos judiciais de divórcios encerrados em 2019? Existem dados dos últimos 5 anos? Se sim, favor fornecê-los. Qual o valor total arrecadado em 2019 com custas judiciais (não incluídos receitas diversas não destinadas ao Poder Judiciário como ITCD, valores de execução extrajudicial etc.)? Existem dados dos últimos 5 anos? Se sim, favor fornecê-los. Quantos processos judiciais foram agraciados com concessão de Justiça gratuita e qual o valor que deixou de ser recolhido por isso em 2019? Existem dados dos últimos 5 anos? Se sim, favor fornecê-los. Qual o tempo médio que a instrução processual judicial leva? Existem dados dos últimos 5 anos? Se sim, favor fornecê-los. Qual o número de horas em média que os magistrados gastam realizando audiências e outros atos relacionados à instrução processual? Existem dados dos últimos 5 anos? Se sim, favor fornecê-los. Este tribunal realiza intimações, citações e notificações de atos judiciais por meio dos serviços de registro de títulos de documentos? Se sim, quantos foram realizados em 2019? Existem dados dos últimos 5 anos? Se sim, favor fornecê-los. Quantas escrituras públicas de inventário foram realizadas em 2019? Qual o tempo médio para lavratura? Existem dados dos últimos 5 anos? Se sim, favor fornecê-los. Quantas escrituras públicas de divórcio foram realizadas em 2019? Qual o tempo médio de lavratura? Existem dados dos últimos 5 anos? Se</p>		
--	--	--	--	--

			sim, favor fornecê-los.			
--	--	--	-------------------------	--	--	--

QUADRO RESUMO

SOLICITAÇÕES REALIZADAS	51
SOLICITAÇÕES ATENDIDAS	43
SOLICITAÇÕES NÃO ATENDIDAS COM JUSTIFICATIVAS	08
TOTAL	51

NÃO HOUE RECURSO EM NENHUMA DAS SOLICITAÇÕES